ATA DE SESSÃO ESPECIAL PARA A APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL REFERENTE AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE 2016 (DOIS MIL E DEZESSEIS). Aos 17 (fevereiro) dias do mês de fevereiro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), às 10h00 (dez horas), reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis no Plenário Teotônio Vilela, para realização de Sessão Especial para prestação de contas do 1º (primeiro) Quadrimestre do ano de 2017 (dois mil e dezessete) da Prefeitura Municipal de Anápolis, Goiás, em cumprimento ao determinado pela Lei Complementar número 101 (cento e um), do ano 2000 (dois mil), Artigo 9° (nono), Parágrafo 4º (quarto): "Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no §1º (primeiro) do artigo 166 (cento e sessenta e seis) da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais". Presidiu a Sessão Especial o senhor Presidente da Câmara Municipal de Anápolis, vereador Amilton Batista de Faria Filho. Estiveram presentes os vereadores: Américo Ferreira dos Santos, Antonio Roberto Otoni Gomide, Deusmar Chaveiro de Oliveira, Domingos Paula de Souza, Elias Rodrigues Ferreira, Elinner Rosa de Almeida Silva, Jakson Charles Oliveira Diniz Serbeto, Jean Carlos Ribeiro, João Cesar Antonio Pereira, Jose Fernando de Paiva, Leandro Ribeiro da Silva, Lelio Alves de Alvarenga, Luiz Santos Lacerda, Luzimar Silva, Maria Geli Sanches, Mauro José Severiano, Pedro Antonio Mariano de Oliveira, Raimundo Teles de Oliveira Santos Júnior, Thais Gomes de Souza e Vilma Rodrigues Correa. Justificou ausência o vereador Lisieux Jose Borges. Esteve ausente o vereador Valdete Fernandes Moreira. Estiveram presentes também o Prefeito Municipal de Anápolis, Roberto Naves, e os Secretários Municipais: o Secretário da Fazenda, Lúcio Flávio, da Ex-Secretária de Educação, Professora Virgínia, do Ex-Secretário da Fazenda, Roberto Mazzon; do Ex-Secretário do Desenvolvimento Social, Francisco Rosa (Chico Rosa), do Ex-Secretário do Desenvolvimento Econômico, Air Ganzzarole, do Diretor da Receita Municipal, Robson Torres, do Diretor de Contabilidade Josemilton, além do Assessor Parlamentar Nelson Gomes, do

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br

senhor Geraldo Lino e aos demais integrantes Municipal. Após os cumprimentos, e declarada aberta a Sessão, o senhor Presidente passou a palavra para o senhor Prefeito ROBERTO NAVES: Agradeceu aos presentes e falou sobre a importância de se fazer presente aqui, nesta prestação de contas e dar transparência no que se diz respeito ao dinheiro público. Há uma cobrança muito grande no que diz respeito a finanças em cima dos gestores. Manifestou o seu respeito por essa Casa de Leis. Explicou que o senhor Josemilton é contador do município e possui uma competência ímpar no que diz respeito a tal assunto. Ele é tecnicamente competente, e é a pessoa que continuará apresentando pelos próximos quatros anos os dados, porque continua no mesmo cargo com total competência e clareza. Pediu licença para se ausentar ao Ex-Prefeito João Gomes e ao Presidente Amilton Filho, para dar continuidade à agenda da Prefeitura. Parabenizou esta Casa pelo brilhante trabalho que vem sendo feito logo neste primeiro mês. – O senhor Presidente passou a palavra para o Diretor de Contabilidade JOSEMILTON: Cumprimentou os presentes e explicou que faria a apresentação das contas do Executivo do terceiro quadrimestre do ano de 2016 (dois mil e dezesseis). A Dívida Fundada da Prefeitura em dezembro de 2015 (dois mil e quinze) era de cerca de duzentos e trinta e um mil reais. Houve pagamentos, perdões e cancelamentos nesse período, conforme consta no relatório entregue aos vereadores. Esse relatório não faz parte das exigências da Lei, mas é feito para facilitar a apresentação para os vereadores. A Dívida Fundada são as dívidas que o Município tem desde o seu início, e vem sendo negociada, renovada, e foram feitos empréstimos. A dívida do FGTS (Fundo de Garantia do Trabalhador Segurado) foi toda quitada. A dívida do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), em dezembro de dois mil e quinze, era de vinte e seis milhões de reais; foi feito o pagamento de três milhões de reais, e houve uma inscrição nova de três milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil reais, e está em torno de vinte e cinco milhões e novecentos e trinta e um reais. Os precatórios em dois mil e quinze eram em torno de quarenta e oito milhões de reais. Foi feito o pagamento de treze milhões de reais, mas houve uma

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br

inscrição autorizada pelo Ministério, e foi para cento e quinze milhões de reais em dezembro. Tem a Agehab (Agência Goiana de Habitação), uma dívida muito antiga, da construção da Vila Formosa em mil novecentos e oitenta e dois, não houve nenhum pagamento, e houve uma correção de duzentos e cinquenta mil reais, e ela está por volta de cinco milhões de reais. Há a Caixego, uma dívida muito antiga também, que foi amortizando e hoje está zerada. Com a CELG, foi feita uma negociação em 44 (quarenta e quatro) prestações, e se parou de pagar no mês de agosto, e ela está em aberta para ser renegociada, em torno de onze milhões e trezentos e quarenta e cinco mil reais. O PASEP (Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) é um parcelamento que foi feito, um acordo com a Receita Federal, que era de quinze milhões, e houve um acréscimo de um milhão e quatrocentos e oitenta e cinco, e foi pago quase o mesmo valor. É uma dívida que não para de crescer por causa da correção, e parece que, quanto mais se paga, continua no mesmo valor. O ISSA (Instituto de Seguridade Social de Anápolis) está em quarenta e três mil reais. O Pró-Transporte, outro financiamento feito, era de quinze milhões, e hoje está em torno de treze milhões, e foram pagos pouco mais de um milhão de reais e teve um cancelamento em torno de três milhões e seiscentos mil reais. Outro PASEP, eram de sete milhões, foram pagos quatrocentos e um mil reais, houve cancelamentos por volta de um milhão de reais, e ele está por volta de cinco milhões de reais. FURNAS, referente a outro financiamento, que totalizavam quatorze milhões, foi cancelado, e a dívida agora é de um milhão e quatrocentos mil reais. Há ainda o empréstimo para a construção do viaduto da Avenida Brasil, ele era de setenta e três milhões de reais, mas como não chegou a verba toda, foram cancelados trinta e quatro milhões de reais, e o Município deve cerca de trinta e oito milhões e oitocentos e trinta e sete mil reais. A dívida em dois mil e quinze era de duzentos e três milhões e setecentos e noventa mil reais, e agora é de duzentos e trinta e um mil e trezentos e vinte e nove mil reais. Colocou-se à disposição dos vereadores para orientá-los e esclarecer as dúvidas quanto ao relatório. Sobre os restos a

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

pagar, demonstram-se por fundos, como Saúde e Educação. Há restos a pagar processados e não processados, e alguns têm valores já destinados, são Despesas específicas, de acordo com a fonte. O Município tem um total de sessenta e nove milhões de reais, e uma disponibilidade de caixa de sessenta e um milhões de reais. A Receita Líquida do Município foi de oitocentos e quarenta e nove milhões de reais no ano de dois mil e dezesseis. A Receita Tributária foi de cento e oitenta e quatro milhões de reais. As Receitas Patrimoniais são os rendimentos de aplicações da Prefeitura, e renderam oito milhões e seiscentos e quarenta e oito mil reais, e foi maior que a prevista para o exercício. As transferências correntes são aquelas que vêm do Estado e da União. Esse relatório não faz parte do relatório de Gestão, mas é apresentado para esclarecimento o valor de cada fundo, quanto foi gasto por cada um durante o exercício, no total de oitentocentos e sessenta e seis milhões no exercício de dois mil e dezesseis. O índice da Saúde, por Lei, deve ser o mínimo de 15% (quinze por cento), e foram aplicados 21,69% (vinte e um por cento e sessenta e nove décimos) no ano do exercício, superior ao valor determinado pela Lei. O índice da Educação mínimo determinado por Lei é de 25% (vinte e cinco por cento), e foram aplicados 30,99% (trinta por cento e noventa e nove décimos) em dois mil e dezesseis, praticamente seis por cento acima do determinado. O índice de pessoal está muito alto, e ficou em torno de 52% (cinquenta e dois por cento) em dois mil e dezesseis. Até ano passado, os credenciados não entravam no cálculo do índice de pessoal, e a partir desse ano, eles vão computados. O índice com os credenciados daria por volta de 57% (cinquenta e sete por cento), bem acima do valor permitido por Lei, de 54% (cinquenta e quatro por cento). As transferências também não fazem parte da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas são apresentados para esclarecer as transferências do Município para cada fundo. Foram transferidos duzentos e sessenta milhões de reais para os fundos. Colocou-se à disposição para esclarecer aos vereadores dúvidas sobre os relatórios, e agradeceu a atenção. – O senhor Presidente passou a palavra para o ex-Secretário da Fazenda, JOSÉ ROBERTO MAZON: Cumprimentou os presentes e agradeceu a Deus.

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

Explicou que a transparência é mais importante que esses dados, e a nota máxima da Prefeitura é devido à prioridade em divulgá-los. Explicou que a Dívida Fundada aumentou porque a Lei determina que, quando se faz o contrato, o valor deve ser inserido na dívida, e só uma parte foi liberada em dois mil e dezesseis. Sobre a CELG, parou-se de pagar por uma decisão judicial. A Prefeitura entrou na Justiça contra contratos de dois mil e quatro e dois mil e cinco, de mandatos passados, e foi feita uma negociação, em termos ruins para o Município, e com a venda da CELG, possivelmente será perdoada parte da dívida, e a Prefeitura deve receber entre quinze e vinte milhões de reais. Os precatórios são dívidas muito antigas, que tramitam na Justiça, referentes a gestões passadas. Um grande valor é devido à prestação de serviço da Queiroz Galvão no mandato do ex-Prefeito Ernani, de cerca de trinta milhões de reais. Esses precatórios devem ser pagos em ordem cronológica, definidos pelo Tribunal de Justiça, e o Supremo Tribunal Federal determinou que até dois mil e vinte devem ser todos pagos. A conta é de cerca de dois milhões e trezentos mil reais a cada mês. A dívida é da Prefeitura, e ela deve honrá-la. Nesse período de oito anos, graças à coordenação dos ex-Prefeitos João Gomes e Antônio Gomide o empenho da equipe de Secretários, foram cumpridos os índices da Saúde e da Educação, e o índice de pessoal foi mantido abaixo do limite. Houve a mudança no cálculo dos credenciados, mas não houve ainda nenhuma normativa específica, e acredita que o Tribunal de Contas do Município não irá fazer essa alteração, apesar de estar prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei considera toda a Receita que a Prefeitura recebe, com exceção daquilo que ela repassa para o instituto patronal de Previdência. Agradeceu a oportunidade e se colocou à disposição para esclarecimentos. – O senhor Presidente abriu a palavra para os vereadores presentes poderem apresentar seus questionamentos. - JEAN CARLOS: Cumprimentou os presentes, o ex-Prefeito João Gomes e os ex-Secretários. Defendeu que se não fossem os precatórios e o empréstimo para o viaduto, o resultado da dívida pública teria sido positivo, mas que a responsabilidade agora é pagar. Informou que houve acréscimo de trinta milhões desde ano

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

passado, mas grande parte resulta dos precatórios. Ressaltou que a dívida do Executivo mais a diferença do fundo de Saúde é em torno de quarenta e um milhões de reais. O saldo de outros fundos não podem cobrir por terem finalidades especificas. Disse que Despesas com gasto de pessoal também preocupam. As Despesas subiram muito em relação ao que se esperava da Receita. Cinquenta e seis por cento em relação aos credenciados, sendo que a partir de cinquenta e dois por cento é acima do limite prudencial. Disse ser obrigatório gastar quinze e vinte e cinco por cento na Saúde e quinze por cento na Educação, mas gastou-se mais. Acredita que isso é o que desequilibrou o gasto de pessoal. Defendeu que será preciso medidas de responsabilidade. - JOÃO DA LUZ: Cumprimentou os presentes, os Secretários, e a pessoa do ex-Prefeito João Gomes. Apresentou algumas dúvidas a fim de serem esclarecidas: Se existe herança de dívida do governo passado, o total de restos a pagar sendo sessenta e nove milhões e duzentos e vinte e dois mil e há disponibilidade de caixa, então a herança da dívida são de apenas oito milhões? Qual será o impacto dos credenciados na folha? A responsabilidade fiscal está a contento? Haverá prazo não conhecido para pagar? A oportunidade de negociação que pode durar de um a dez anos, como impacta exatamente esse governo atual? – O senhor Presidente explicou que se trata apenas da apresentação numérica das contas, não haverá votação ou aprovação por parte dos vereadores. - ANTÔNIO GOMIDE: Cumprimentou presentes, Secretários, ex-Secretários, ex-Prefeito. Acredita que a audiência pública dá transparência ao que foi feito, mais especificamente do último quadrimestre de dois mil e dezesseis. Disse que entende não ser necessário que no relatório de gestão fiscal tenham valores colocados dos fundos municipais da administração, mas defendeu que, por estarem em início de mandato do Legislativo e do Executivo e que não consta no relatório os fundos e valores que foram colocados no fundo desse ano, seja importante que Secretário da Fazenda, a Mesa, ou o Prefeito informe quais foram os valores deixados nos fundos municipais, para os vereadores acompanharem cada fundo e como gastaram. Parabenizou a gestão passada pelo investimento na

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

Saúde e na Educação. Informou que os investimentos na Educação ficaram sempre acima de vinte e oito e meio, com média de vinte e nove por cento. Falou que é importante e foi uma forma correta de aplicação, apostando na criança e ensino fundamental e que precisa dar passo adiante. Informou que na Saúde o índice nunca ficou abaixo de quinze por cento, e que a cidade tem investido, em média, dezenove por cento nos últimos quatro anos. Foram as prioridades do governo passado e disse que está no caminho certo. - LÉLIO ALVARENGA: Cumprimentou presentes, Secretários, ex-Secretários, ex-Prefeito e a Imprensa. Perguntou sobre o fundo disponível para construção da Câmara. Afirma que não encontrou entrada nem saída da verba nos balancetes. Disse que se sabe que foram depósitos feitos desde o acordo firmado, mas reiterou que a saída não se encontra no balancete. E pediu um esclarecimento a respeito da questão. - TELES JÚNIOR: Cumprimentou ex-Prefeito João Gomes, ex-Secretários. Não apresentou questionamentos, mas parabenizou pela aplicação de investimento feitos na Saúde e na Educação. PASTOR ELIAS FERREIRA: Cumprimentou o presidente, o ex-Prefeito, os ex-Secretários e a Imprensa. Perguntou sobre a diferença entre os dois PASEPS que estão na Dívida Fundada. E questionou acerca do valor gasto na construção dos viadutos, e quanto ainda resta do valor adquirido. Alega que não encontrou o valor da dívida do lixo, e pediu informações. - JAKSON CHARLES: Cumprimentou o ex-Prefeito e o ex-Secretário Mazon. Esclareceu que as dívidas que não foram pagas é que estão no "resto a pagar". Disse que além da Dívida Fundada, deve ser encaminhado o relatório para quem é essa Dívida Fundada, em especial dos fornecedores, para se saber verdadeiramente para quem a Prefeitura deve, com cada item, cada dívida, de cada fornecedor. Pediu ao novo Secretário para que seja corrigido o dado referente a AGEHAB (em relação a Vila Formosa), pois alega que a Prefeitura não deve mais. Solicitou que façam um relatório claro. Informou que Secretário lhe entregou relatório de Receita versus a Despesa de folha de pagamento. Pediu justificativa sobre a queda ou data do levantamento sobre a contribuição do COCIP, que em janeiro de dois mil e dezesseis foi de um milhão e novecentos,

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

e em janeiro de dois mil e dezessete foi quinze mil reais. Citou que a Receita de serviço, em janeiro de dois mil e dezesseis foi na ordem de três milhões de reais, e em janeiro de dois mil e dezessete está mil oitocentos e dezesseis reais, e pediu explicações sobre o dado. Defendeu o Executivo, alegando que as dívidas interferirão na administração, que deverá aumentar Receita, ou diminuir Despesas. Alegou que Legislativo estava a par da situação da Prefeitura e que vereadores devem contribuir com o Executivo, mesmo que seja com matérias que vão contra interesse da população, para que cidade continue crescendo. - LEANDRO RIBEIRO: Cumprimentou ex-Prefeito João Gomes, Secretários, em especial o ex-Secretário Chico Rosa. Perguntou qual o impacto dos credenciamentos na folha, pois algumas verbas dos mesmos são federais e o Governo Federal não irá mais assumir esse repasse, em especial na área da Saúde. - LUZIMAR SILVA: Cumprimentou presentes. Agradeceu ex-Prefeito João Gomes e Secretário Chico Rosa. Agradeceu também ex-Prefeito Antônio Roberto pela duplicação da Avenida Pedro Ludovico. Agradeceu ex-Prefeito João Gomes pelo Colégio Anapolino de Faria, pelo alambrado do campo de futebol na sua comunidade. Agradeceu também Amilton Filho pela pista de caminhada em volta do Posto de Saúde. Parabenizou Secretários. - PROFESSORA GELI: Cumprimentou ex-Prefeitos, Secretários e ex- Secretários. Elogiou o trabalho da ex-Secretária de Educação, Virgínia. Parabenizou a audiência pública. Exaltou os investimentos na Saúde e na Educação (média de vinte e nove por cento). Defendeu que não se trata de gastos, mas investimentos e que devem ser ampliados. Salientou os investimentos na cultura e afirmou que a mesma foi de acesso tanto ao centro e pessoas de maior poder aquisitivo, quanto nos bairros e pessoas mais carentes. - JEAN CARLOS: Ratificou que o tribunal, em relação aos credenciados, expediu a resolução normativa 07/2016, dispondo da contabilização das Despesas. Leu o artigo onze da mesma. - LUIZ LACERDA: Cumprimentou o ex-Prefeito João Gomes e sua equipe. Disse que os municípios passam por uma situação difícil, e que com João Gomes não foi diferente. Defendeu que as demandas, serviços e obrigações da Prefeitura

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

sempre vão ser maiores que o volume de recursos arrecadados, dependendo, portanto, da habilidade de cada gestor. Elogiou a presença deste na audiência pública. - O senhor Presidente passou a palavra para o ex-Prefeito JOÃO GOMES: Cumprimentou a Mesa, os vereadores e os atuais e antigos Secretários. Salientou que, desde dois mil e nove, sua equipe esteve presente nas prestações de conta, mesmo sem obrigatoriedade, o que, defendeu ele, fez a cidade ficar em primeiro lugar em transparência no Estado, de acordo com Ministério Público Federal. Sugeriu aos vereadores que fazem parte dessa Legislatura recebam a prestação do Primeiro e Segundo Quadrimestres, pois receberam apenas o último, e a prestação de contas referente a tais períodos foi realizada. Alegou que Prefeitura é uma grande empresa e é obrigação prestar contas. Em relação à dívida fundada esclareceu que há contas referentes à gestão do ex-prefeito Anapolino de Faria. A dívida fundada no primeiro quadrimestre, por exemplo, no ano de dois mil e quinze, é a que amanheceu na conta no dia primeiro de primeiro de janeiro de dois mil e dezesseis, no total de duzentos e três milhões de reais, já incluso o PAC Mobilidade. O precatório, na época era de trinta e sete milhões, no primeiro quadrimestre. No segundo, já era de cento e noventa e três milhões de reais. Isso se referindo a um ano. Disse que pagaram de dívida fundada, quase vinte e cinco milhões de reais, pagos só em dois mil e dezesseis. Mas aumentou em dívida fundada, somente em precatórios, oitenta e seis milhões de reais, embora tenham pago "vinte e tantos" milhões (cerça de treze precatórios), que são dívidas de outras gestões. Porém, a dívida é da Prefeitura, ressaltou, e não desse ou daquele prefeito. Excluindo-se os precatórios de duzentos e trinta e um milhões, sobram cento e quarenta e cinco milhões. Alegou que geriram com responsabilidade e priorizaram Educação e Saúde, as mesmas ficando sempre acima da média estabelecida em investimentos. Investimentos importantes e necessários, defendeu. Arguiu que administração pública é para quem tem capacidade de fazê-la e é mais difícil que administração privada. Lembrou que administração pública se lida com pessoas e não produtos. Mostrou que em dois mil e dezesseis fechou com três meses em aberto na dívida de coleta de

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

lixo (outubro, novembro e dezembro), o que, é natural, pontuou. Disse que todos os anos é assim para ajuste e fechamento de final de ano. Alegou que em outubro o dinheiro ficou na conta e ninguém citou esse dado. Disse que ficou também na conta verba para pagar comissionados exonerados. Explicou que o lixo, está em restos a pagar e não em dívida fundada. Explicou ainda que que político é eleito não para reclamar, mas para atender aos interesses da comunidade. Para ônus e bônus do seu mandato, reiterando a fala do vereador Jakson Charles. Ou seja, terá que votar em medidas impopulares politicamente. Disse que triplicaram o número de médicos do município (aproximadamente quatrocentos médicos) desde que assumiram a Prefeitura, o que reflete na porcentagem aplicada na Saúde. Disse que a cidade atende cerca de um milhão de pessoas na Saúde. Informou que de vinte e quatro mil alunos, hoje há trinta e cinco mil, pois cidade não para de crescer. Defendeu que a qualidade do ensino melhorou. Em dois mil e oito, não havia sequer vinte creches (incluindo as conveniadas), hoje há quase cinquenta. Os CEMEIs outrora atendiam mil e oitocentos alunos, atendem hoje quase dez mil crianças. A respeito da construção da Câmara, alegou que não há nada errado. Afirmou não haver erro de projeto, mas necessidade de adequações, e que houve "acordo de cavalheiros". Disse que, na época, o Prefeito acatou a vontade da câmara em fazer a obra ali, onde foi escolhido pelos vereadores. O dinheiro vem de impostos, é da Prefeitura. É o duodécimo. Desse valor, foram retirados cinquenta mil. Alegou que tudo foi pago. A responsabilidade de pagar à obra da câmara, informou, é da Prefeitura e não da câmara. Esclareceu que, em reuniões com presidente Amilton, chegaram à conclusão de que a adequação do projeto gerará economia. Investiram sete milhões, a empresa requereu mais três dos dezessete milhões previstos. Podem reduzir de vinte para doze milhões, por isso não fizeram aditivos, informou. A respeito do lixo, anunciou que a dívida é de três meses, o dinheiro referente ao pagamento ficou na conta, o restante é correção solicitada pela empresa, o que é legal. Afirmou que os vereadores. Inteirou que co-índice cresceu, no fechamento do ano, em mais de seis, dando mais de dois milhões por mês a mais de ICMS para

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

Prefeitura, o que implica em dizer que em dois mil e dezoito passará de dez por cento. Quanto ao REFIS no final do ano, foram arrecadados vinte e quatro milhões de reais, entrando sete milhões no caixa da Prefeitura durante sua gestão. Dezessete milhões ficaram para serem recebidos em dois mil e dezessete, sendo que até junho aproximadamente dois milhões e meio de reais devem ser pagos por mês. - O senhor Presidente concedeu a palavra ao ex-Secretário da Fazenda, JOSÉ ROBERTO MAZON: Cumprimentou os presentes e explicou que, conforme foi levantado pelo vereador Pastor Elias, sobre as duas entradas do PASEP, se deve pois se paga um por cento de toda a Receita, e o dinheiro que é vindo do Governo Federal para a Saúde, para pagamento de fundos de hospitais, também é tirado esse um por cento, e se passou algum tempo sem se pagar esse valor. São dois processos e parcelamento diferentes. Sobre a questão da Câmara, ele não consta no relatório, mas nos balancetes e nos balanços da Prefeitura. O impacto dos credenciados, como levantado pelos vereadores, segundo seu cálculo, pode alcançar entre dois e dois e meio por cento. Isso é preocupante, pois já se está no limite prudencial, mas acredita que Tribunal vai rever essa norma. Sobre o impacto dos precatórios, explicou que os fundos mais diversos, e o relatório expõe os restos a pagar de alguns fundos com grandes recursos, como o CMTT, o Meio Ambiente, o PROCON, entre outros. Explicou que Lei não permite que se repassem esses restos para outros fundos, e a população não ganha nada em relação a esse fundo do PROCON, advindo das multas. Sobre o fundo da Habitação, fechou em cerca de três milhões e trezentos mil reais, e pode ser gasto em habitação, onde há uma alta demanda. Lembrou que, sobre os restos a pagar, o vereador Jean Carlos fez um trabalho que utilizou muito sobre o acompanhamento dessas dívidas, e permitiu zerar a dívida com a Caixego, de mais de cinquenta milhões de reais, proveniente da construção do Centro de Cultura, onde funciona a Prefeitura. Explicou que concorda com a indignação do vereador Jakson Charles sobre a dívida com a Agehab para construção na Vila Formosa, e há o interesse em se eliminar essa dívida,que é antiga, e a agência deseja resolver de forma política. Acredita que a questão

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

está orientada. Agradeceu a equipe do José Nilton e a qualidade dos relatórios. Foi paga uma dívida de um precatório referente a terrenos da Vila Formosa por volta de sete milhões de reais, a uma empresa do ex-Deputado Federal Fernando Cunha. Explicou que a Prefeitura está em muito boas mãos da atual equipe econômica, e em todas as Secretarias, e desejou que Deus ajudasse a todos os detentores de mandato e se colocou à disposição. - O senhor Presidente passou a palavra ao Secretário da Fazenda, LÚCIO FLÁVIO CRUCCIOLI: Cumprimentou os presentes e explicou que é uma obrigação da Prefeitura trazer essas informações a essa Casa, para esclarecer os vereadores sobre a situação do Município, para fiscalizar e divulgar. Explicou que houve um restoa pagar, e uma disponibilidade em caixa de quase oito milhões de reais, e é uma verba que não pode ser usada ao critério do gestor. Sobre o saldo dos fundos, eles constam nas planilhas, pois a preocupação foi de inserir não apenas os dados exigidos, mas o que fosse necessário para informar aos vereadores, assim como os dados de repasses para cada fundo. Sobre o passivo do lixo, há um grande passivo, que está sendo administrado pela Prefeitura. Todas as empresas prestadoras de serviço tiveram o seu valor definido na gestão anterior. A dívida fundada impacta diretamente na administração atual, pois ela também vence, e precisa ser paga. Sobre a dívida da Agehab, está se conversando com o diretor da Agência, e está se levantando os dados para verificar a viabilidade de uma ação judicial, caso não seja solucionada administrativamente. Em relação aos fornecedores, não se tem a disposição a relação nominal de quem possui valores em abertos, mas se colocou à disposição para entregar a relação aos que desejarem. O impacto dos credenciados é preocupante, não apenas quanto à folha de pagamento, mas também porque o Município estava trabalhando com déficit mensal muito alto, e são despesas preocupantes. Em relação à dívida fundada, houve um aumento na dívida, e é preciso trabalhar para equalizar essa questão, pois, além de se fazer esses pagamentos, não se pode deixar passivos em abertos, para que se tornem precatórios e impactem futuras administrações. Explicou que já estava preocupado com o reequilíbrio das dívidas do Município, e o

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

Prefeito baixou um decreto para redução de custos, e revisando os contratos. E média, se atingiu uma redução em trinta por cento dos contratos abertos com o Município, e estão empenhados nessa questão do reequilíbrio. É importante se fazer algumas observações, como a empresa que faz o controle de gestão de frota do Município, e ficaram passivos abertos de novembro e dezembro do último ano, em cerca de novecentos e trinta mil reais. A GC Ambiental ainda fez cobranças, dizendo que não poderia manter a coleta de lixo sem um efetivo pagamento. Esses são exemplos das dívidas que constam nos restos a pagar. Em janeiro teve que ser feito pagamento da dívida de novembro, para não se deixar a frota sem combustível. Há um problema sério em relação aos protestos que são feitos, pois os cadastros estão desatualizados, e é em base desse cadastro que são ajuizados os processos. Algumas dessas questões estão se tornando precatórios, pois há inconsistências, como pessoas que foram ajuizadas na Justiça, cobrando, e há erros nos documentos. Há cerca de quarenta e três milhões nas inconsistências cadastrais. - O vereador JAKSON CHARLES apresentou intervenção, e explicou que tem pessoas com dívidas na Prefeitura referentes a um terreno que nunca foi dele. Isso foi executado e ele agora está entrando com ação agora contra a Prefeitura.- O Secretário LÚCIO FLÁVIO prosseguiu, explicando que essas execuções já estão chegando em cartório para pagar indenizações. Por exemplo, tem pessoa que nunca foi proprietário do imóvel e foi feito o apontamento para protesto na Justiça cobrando. Há uma inconsistência cadastral muito grande, por pessoas que não foram cadastrar, problemas de CPF e CNPJ. - Em nova intervenção, o vereador Jakson Charles relembrou o financiamento do PMAT, para implantar o Georreferenciamento. - O ex-Secretário MAZON explicou que o cadastramento deve ser georeferenciado, apesar de que não vá resolver o problema do cadastro. O problema é que foram feitos levantamentos no passado, de coisas muito antigas, como este cadastro imobiliário e cadastro de atividade econômicas. É preciso que cada dia tenham modificações para que o cadastro vá melhorando. Há a obrigação de se mandar para dívida ativa. Os cartórios antes não queriam nem informar sobre as Escrituras, e teve que

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

mandar um auditor para lá. O Cartório agora informa toda escritura registrada. Apenas cerca de quinze por cento registram a mudança de proprietário no cartório e informava a Prefeitura, e de uns quatro a cinco anos para cá, nós pegamos a informação no Cartório de Registro de Imóveis e se vai fazendo a mudança. Todo ano a Prefeitura vai ajuizando e vai administrando os casos que por ventura surgem. O senhor Secretário Lúcio Flávio retomou a palavra: Explicou que se preocupa com esta questão dos protestos e ajuizamento das execuções. Essa inconsistência do cadastro tem de toda ordem. Houve até cadastros sem CPF ou sem CNPJ. O Tribunal de Contas, até o ano passado, estava recebendo estes balanços com estas inconsistências, mas agora não está mais. Em relação a esses cadastros, foi montada uma força tarefa com a equipe da própria Prefeitura para evitar gastos. Se não for possível em um segundo momento se tentará uma auditoria. Com relação aos protestos, logo que iniciada a gestão da Pasta, notou-se que estavam sendo feitos protestos de pequeno valor, não que não possam ser feitos. Mas todos devem ser feitos sob pena do gestor responder sobre crime de improbidade. Assim que assumiu, encaminhou para Cartório de Protesto os maiores. Há um alto volume de protestos mensalmente. Há dificuldades até de assinar cada pilha que é levada para lá. Então está se tratando com a possibilidade, junto com os Cartórios, de modernizar, tentar fazer este envio de forma digital, com assinatura digital. Agradeceu a todos os vereadores e disse que a Secretaria da Fazenda, e de forma geral, o Poder Executivo, estão a disposição dos nobres vereadores para qualquer esclarecimento. - O senhor Presidente passou a palavra para o ex-Prefeito JOÃO GOMES: Explicou que foi informado que a dívida fundada aumentou quase trinta milhões de reais só em dois mil e dezesseis, mas não se explicou de onde. Só de precatórios foram oitenta e seis milhões em dois mil e dezesseis, que aumentaram, desde 2014 dois mil e quatorze, quando eram duzentos e vinte e cinco milhões, e a dívida caiu para duzentos e três milhões em dois mil e quinze. O ano de dois mil e dezesseis fechou em duzentos e trinta e um milhões de reais, mas foram pagos quase trinta milhões de reais, e seria, cento e setenta e três milhões de reais em

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

dívida fundada. Caso se retirem oitenta e seis milhões, o que aumentou na dívida fundada, são apenas os precatórios em dois mil e dezesseis, de gestões que não foram nem sua e nem do ex-Prefeito Antônio Gomide. - O senhor Presidente agradeceu os Secretários presentes, aos senhores vereadores e vereadoras presidentes e, sem nada mais a se tratar, declarou encerrada a Sessão. Todas as falas da Sessão estão registradas integralmente nos arquivos de áudio dessa Casa de Leis. Para constar, eu, Rodrigo Silva Demetrio, com o auxílio de Priscila Camargo Reis e de Thalita Silva Pires, lavrei a presente Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora da Casa e por quem de direito. * * *

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Relatórios de Gestão Fiscal

Audiência na Câmara Municipal de Anápolis

3º Quadrimestre de 2016

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- A Audiência Pública visa atender ao disposto no inciso 4º, do artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com a finalidade de demonstração, avaliação e cumprimento das metas fiscais do Terceiro Quadrimestre do ano de 2016.

ÍNDICE:

Demonstrativo da Dívida Fundada..... 04

Saldo por Fonte de Recurso..... 06

Demonstrativo dos Restos a Pagar 08

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida..... 09

Receita Corrente Líquida Total 10

Receita Tributária..... 11

Receita Patrimonial 12

Transferências Correntes..... 13

Demonstrativo da Despesa Paga por Secretaria 14

Demonstrativo da Aplicação na Saúde..... 16

Demonstrativo da Aplicação na Educação..... 18

Despesa com Pessoal..... 20

Transferências..... 21

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA

PERÍODO DE REFERÊNCIA:

31/12/2016

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DÍVIDA FUNDADA

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	INSCRIÇÃO / CORREÇÃO	SALDO EM 31/12/2016
FGTS	1.727.903,13	1.577.305,36	150.597,77		0,00
INSS	26.073.553,11	3.627.828,93		3.485.835,00	25.931.559,18
PRECATÓRIOS	42.645.689,32	13.291.237,96	-	86.600.792,61	115.955.243,97
AGEHAB	5.050.568,58	-		254.394,00	5.304.962,58
CAIXEGO	0,00	-			-
CELG	14.835.858,47	3.490.790,24			11.345.068,23
PASEP 13116-721929	15.215.696,55	996.000,00		1.495.119,99	15.714.816,54
INSS - ISSA	83.429,33	51.163,16		11.159,79	43.425,96
PRO TRANSPORTE 1ª etapa	15.921.440,49	1.000.101,31	3.612.648,61		11.308.690,57
PASEP 13116-721826/2014-64	7.169.149,22	401.336,22	1.028.349,71		5.739.463,29
FURNAS - Centrais elétricas	1.473.830,75	339.813,85	35.966,29		1.098.050,61
Mobilidade Médias Cidades	73.593.000,00		34.705.149,98		38.887.850,02
SOMA	**203.790.118,95**	**24.775.577,03**	**39.532.712,36**	**91.847.301,39**	**231.329.130,95**

SALDO FINANCEIRO NÃO COMPROMETIDO POR FONTE

DESCRIÇÃO DA FONTE	FONTE	SALDO BRUTO	Retenções	Despesa Liquidada	Despesa Não Liquidada	RP Processado	RP Não Processado	DISPONÍVEL
RECURSOS ORDINÁRIOS	100	5.996.556,92	2.751.094,26	8.619.747,16	31.529.152,11	1.038.788,36	1.116.448,32	- 39.058.673,29
	200	6.661.111,45	-	147.438,96	20.712,29	-	531,15	6.492.429,05
	TOTAL	12.657.668,37	2.751.094,26	8.767.186,12	31.549.864,40	1.038.788,36	1.116.979,47	- 32.566.244,24
TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS PARA EDUCAÇÃO	101	277.316,86	1.095.441,67	1.119.672,20	54.693,51	5.636,36	-	- 1.998.126,88
	201	839,27	-	-	-	-	-	839,27
	TOTAL	278.156,13	1.095.441,67	1.119.672,20	54.693,51	5.636,36	-	- 1.997.287,61
TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS PARA SAÚDE	102	591.313,16	610.867,98	5.531.359,84	5.224.410,52	1.929.200,23	582.261,13	- 13.286.786,54
	202	54.971,79	-	-	-	-	-	54.971,79
	TOTAL	646.284,95	610.867,98	5.531.359,84	5.224.410,52	1.929.200,23	582.261,13	- 13.231.814,75
TOTAL RECURSOS PROPRIOS		**13.582.109,45**	**4.457.403,91**	**15.418.218,16**	**36.828.968,43**	**2.973.624,95**	**1.699.240,60**	**- 47.795.346,60**
UNIÃO - TRANSFERENCIAS DO SUS - FNS	114	9.181.496,69	761.553,66	1.184.507,20	1.455.875,15	291.097,71	172.479,51	5.315.983,46
	214	2.157.900,83	37.909,81	11.817,62	96.770,76	178,63	3.954,06	2.007.269,95
	TOTAL	11.339.397,52	799.463,47	1.196.324,82	1.552.645,91	291.276,34	176.433,57	7.323.253,41
UNIÃO - TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	115	3.109.869,21	-	260.988,94	63.320,16	-	-	2.785.560,11
	215	3.107.966,85	-	472.310,00	281.585,99	-	-	2.354.070,86
	TOTAL	6.217.836,06	-	733.298,94	344.906,15	-	-	5.139.630,97
UNIÃO - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	118	2.622.002,45	2.504.287,27	1.588.813,34	-	-	-	- 1.471.098,16
	218	1.473.396,43	-	-	-	-	-	1.473.396,43
	TOTAL	4.095.398,88	2.504.287,27	1.588.813,34	-	-	-	2.298,27
UNIÃO - CONVÊNIOS para Educação	120	3.117.862,68	-	-	272.196,95	-	29.695,41	2.815.970,32
	220	2.762.345,36	-	-	-	-	-	2.762.345,36
	TOTAL	5.880.208,04	-	-	272.196,95	-	29.695,41	5.578.315,68
UNIÃO - CONVÊNIOS para Saúde	121	910.751,40	3.323,98	-	99.802,68	-	4.624,30	803.000,44
	221	758.427,50	-	-	-	-	5.373,12	753.054,38
	TOTAL	1.669.178,90	3.323,98	-	99.802,68	-	9.997,42	1.556.054,82
UNIÃO - CONVÊNIOS para Assistência Social	122	110.949,45	-	-	253.278,53	-	-	- 142.329,08
	TOTAL	110.949,45	-	-	253.278,53	-	-	- 142.329,08
UNIÃO - CONVÊNIOS para Executivo	123	5.294.032,60	7.048,35	25.221,15	4.922.979,09	-	206.023,78	132.760,23
	223	2.672.646,28	-	-	75.460,04	-	-	2.597.186,24
	TOTAL	7.966.678,88	7.048,35	25.221,15	4.998.439,13	-	206.023,78	2.729.946,47
TOTAL TRANSFERENCIAS DA UNIAO		**37.279.647,73**	**3.314.123,07**	**3.543.658,25**	**7.521.269,35**	**291.276,34**	**422.150,18**	**22.187.170,54**

SALDO FINANCEIRO NÃO COMPROMETIDO POR FONTE

DESCRIÇÃO DA FONTE	FONTE	SALDO BRUTO	Retenções	Despesa Liquidada	Despesa Não Liquidada	RP Processado	RP Não Processado	DISPONÍVEL
CIDE - COMBUSTIVEIS	116	6.286,54	-	-	-	-	-	6.286,54
	TOTAL	6.286,54	-	-	-	-	-	6.286,54
CIP - (Contribuição para Custeio de Iluminação Pública)	117	1.113.753,26	22.032,76	-	17.581,03	-	-	1.074.139,47
	217	59.382,02	-	-	-	-	-	59.382,02
	TOTAL	1.173.135,28	22.032,76	-	17.581,03	-	-	1.133.521,49
ESTADO - CONVÊNIOS para Educação	124	145.019,00	-	-	-	-	-	145.019,00
	224	49.474,20	-	-	-	-	-	49.474,20
	TOTAL	194.493,20	-	-	-	-	-	194.493,20
ESTADO - CONVÊNIOS para Executivo	127	1.179,66	-	-	-	-	-	1.179,66
	227	2.203,21	-	-	-	-	-	2.203,21
	TOTAL	3.382,87	-	-	-	-	-	3.382,87
ESTADO - CONVÊNIOS para Saúde	131	232.476,50	-	-	-	-	-	232.476,50
	231	357.896,68	9,32	-	-	-	-	357.887,36
	TOTAL	590.373,18	9,32	-	-	-	-	590.363,86
TOTAL TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO		**788.249,25**	**9,32**	**-**	**-**	**-**	**-**	**788.239,93**
TRANSFERÊNCIAS DO FNAS	129	1.576.912,99	-	-	-	-	-	1.576.912,99
	229	771.772,68	-	-	-	12.000,00	-	759.772,68
	TOTAL	2.348.685,67	-	-	-	12.000,00	-	2.336.685,67
TRANSFERENCIAS DO FMDCA	150	99.884,67	-	-	-	-	-	99.884,67
	250	86.497,76	-	-	-	-	-	86.497,76
	TOTAL	186.382,43	-	-	-	-	-	186.382,43
Compensações Financeiras de Recursos Naturais	170	197.003,64	-	-	2.160,45	-	-	194.843,19
Multas de Trânsito	171	5.869.261,94	-	217.002,28	158.224,20	-	-	5.494.035,46
Operações de Crédito Internas	190	72.178,47	-	-	1,00	26.431,57	87.127,12	- 41.381,22
	290	102.078,91	-	-	-	-	-	102.078,91
Alienação de Bens - Móveis	192	27.293,55	-	-	-	-	-	27.293,55
	292	287.482,50	-	-	-	-	-	287.482,50
	TOTAL	6.555.299,01	-	217.002,28	160.385,65	26.431,57	87.127,12	6.064.352,39
TOTAL GERAL		**61.919.795,36**	**7.793.569,06**	**19.178.878,69**	**44.528.204,46**	**3.303.332,86**	**2.208.517,90**	**- 15.092.707,61**

RESTOS A PAGAR SALDO EM 31/12/2016

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				TOTAL DE RESTOS A PAGAR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Fundo Gestor FUNDEB	-	1.588.813,34	-	-	1.588.813,34	4.095.398,88
Fundo Municipal de Assistência Social	12.000,00	586.913,55	-	253.278,54	852.192,09	2.743.424,48
Fundo Municipal de Educação	5.636,36	3.906.589,02	29.695,41	677.536,61	4.619.457,40	12.564.829,71
Fundo Municipal de Saúde	2.719.927,88	8.961.494,35	1.034.273,45	9.070.255,95	21.785.951,63	14.236.226,16
Fundo da Infância e Adolescência	-	-	-	-		252.005,59
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**2.737.564,24**	**15.043.810,26**	**1.063.968,86**	**10.001.071,10**	**28.846.414,46**	**33.891.884,82**
Câmara			1.880,00	2.134,42	4.014,42	33.042,72
Corpo de Bombeiro Militar	46,22	30.895,52	-	88.286,77	119.228,51	968.640,48
Executivo	565.672,40	3.727.078,77	1.144.001,89	34.223.015,22	39.659.768,28	13.625.798,57
Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	50,00	160.091,86	216,00	57.530,50	217.888,36	2.389.847,83
Fundo Municipal de Habitação					-	3.316.580,84
Fundo Municipal do Meio Ambiente			331,15	-	331,15	649.027,89
Procuradoria Geral do Município				76,67	76,67	1.076.119,57
CMTT - Comp. Mun. De Transito e Transportes		217.002,28		158.224,20	375.226,48	5.994.117,38
Fundo Municipal de Cultura					-	7.777,98
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**565.768,62**	**4.135.068,43**	**1.146.429,04**	**34.529.267,78**	**40.376.533,87**	**28.060.953,26**
TOTAL (III) = (I + II)	**3.303.332,86**	**19.178.878,69**	**2.210.397,90**	**44.530.338,88**	**69.222.948,33**	**61.952.838,08**

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXO I

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida de acordo com o inc. IV, do art. 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

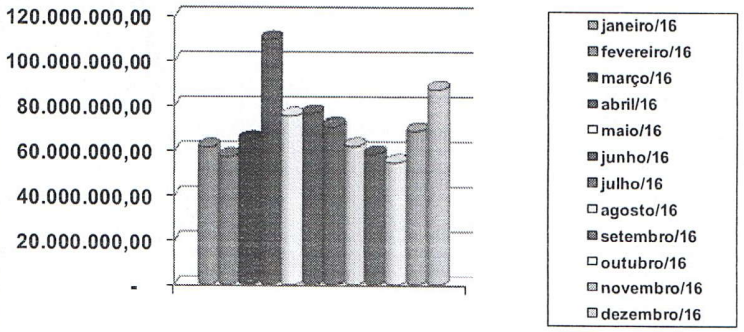
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de acordo com a LRF, art. 53, inciso I.

Evolução da receita realizada nos últimos 12 meses - Período: janeiro/2016 a Dezembro/2016.

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TOTAL - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
janeiro/16	61.577.540,93
fevereiro/16	57.322.386,69
março/16	65.344.892,78
abril/16	110.047.339,29
maio/16	75.448.837,16
junho/16	76.591.022,77
julho/16	71.011.434,55
agosto/16	62.043.374,23
setembro/16	58.539.275,35
outubro/16	54.693.039,18
novembro/16	69.141.185,75
dezembro/16	87.713.481,56
TOTAL 12 MESES	849.473.810,24
TOTAL QUADRIMESTRE	270.086.981,84
PREVISÃO P/ EXERCÍCIO	970.689.457,66

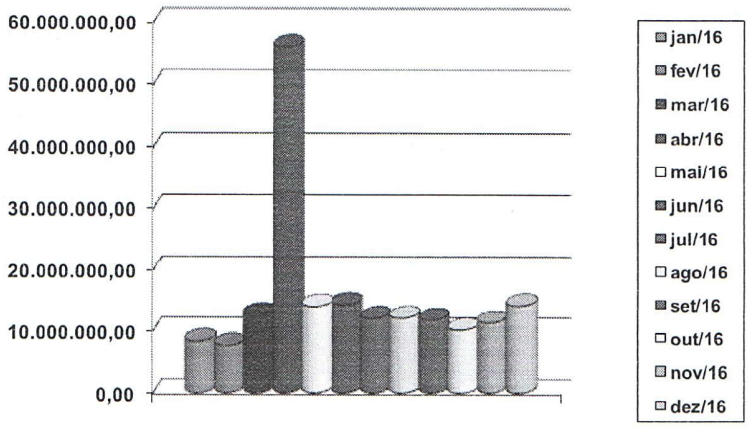


1º QUAD. 2016	294.292.159,69
2º QUAD. 2016	285.094.668,71
3º QUAD. 2016	270.086.981,84

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

I - RECEITA TRIBUTÁRIA	
jan/16	8.306.202,28
fev/16	7.592.798,80
mar/16	12.552.486,47
abr/16	56.025.847,43
mai/16	13.977.197,23
jun/16	14.260.116,55
jul/16	12.037.593,29
ago/16	12.070.578,69
set/16	11.784.388,11
out/16	10.112.695,09
nov/16	11.342.241,32
dez/16	14.108.286,67
TOTAL 12 MESES	184.170.431,93
TOTAL QUADRIMESTRE	47.347.611,19
PREVISÃO P/ EXERCÍCIO	233.186.674,00

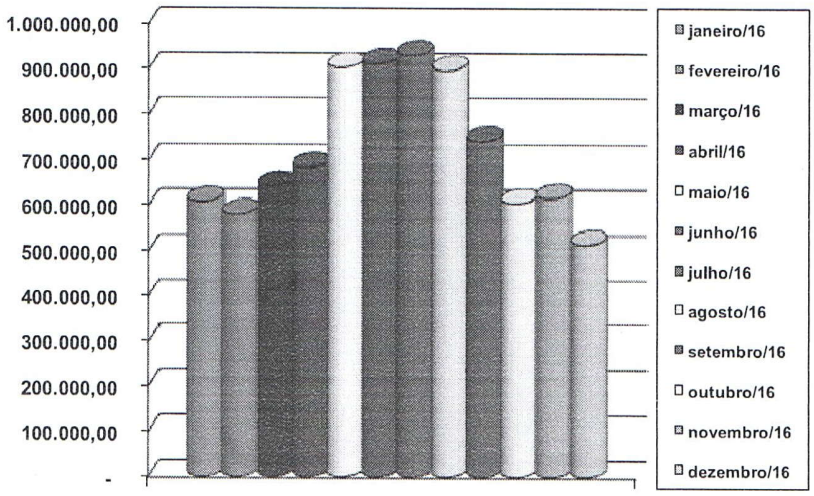


1º QUAD. 2016	84.477.334,98
2º QUAD. 2016	52.345.485,76
3º QUAD. 2016	47.347.611,19

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

III- RECEITA PATRIMONIAL	
janeiro/16	609.006,51
fevereiro/16	581.224,97
março/16	643.431,53
abril/16	684.805,82
maio/16	904.223,49
junho/16	913.588,05
julho/16	931.960,27
agosto/16	898.011,23
setembro/16	742.530,24
outubro/16	606.402,49
novembro/16	617.466,23
dezembro/16	515.697,42
TOTAL 12 MESES	8.648.348,25
TOTAL QUADRIMESTRE	2.482.096,38
PREVISÃO P/ EXERCÍCIO	7.763.536,81

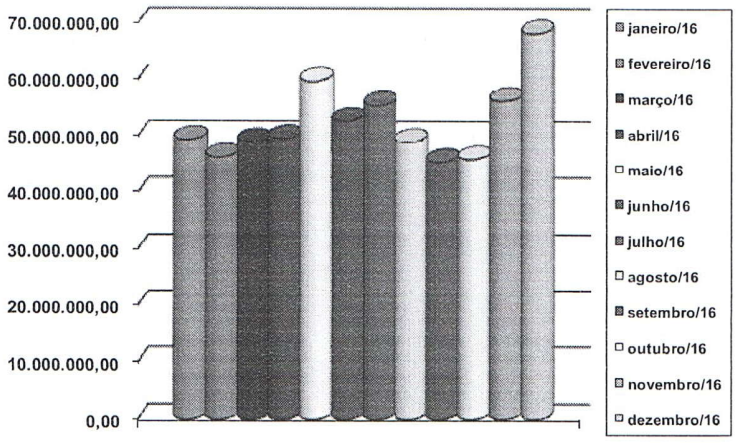


1º QUAD. 2016	2.518.468,83
2º QUAD. 2016	3.647.783,04
3º QUAD. 2016	2.482.096,38

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

IV - TRANSFERENCIAS CORRENTES	
janeiro/16	49.358.875,41
fevereiro/16	46.285.674,16
março/16	48.973.342,23
abril/16	49.544.959,26
maio/16	59.652.643,86
junho/16	52.656.881,85
julho/16	55.478.759,50
agosto/16	48.964.237,92
setembro/16	45.482.633,31
outubro/16	45.956.916,84
novembro/16	56.260.259,45
dezembro/16	68.181.941,75
TOTAL 12 MESES	626.797.125,54
TOTAL QUADRIMESTRE	215.881.751,35
PREVISÃO P/ EXERCÍCIO	690.266.042,15



1º QUAD. 2016	217.333.244,47
2º QUAD. 2016	196.664.047,52
3º QUAD. 2016	215.881.751,35

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA PAGA POR ÓRGÃO E SECRETARIAS

Até o 3º QUADRIMESTRE DE 2016

(LRF, Artigo 52, Inciso II, alínea "c", do Anexo II)

Obs.: valor líquido

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR PAGO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – **FMS**	265.169.608,36
FUNDEB	121.092.927,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERV. URB. E HABITAÇÃO – **SEMOSUH**	111.466.428,92
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – **FME**	107.365.019,36
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – **SEMFAZ**	65.874.038,97
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – **SEMMA**	58.255.387,43
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – **PGM**	19.074.161,38
COMPANHIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - **CMTT**	17.262.583,67
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	12.452.224,89
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	10.428.144,54
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO E AGRICULTURA	10.228.106,34
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - **FMAS**	9.100.499,74
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	9.090.937,76
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	8.918.964,35
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	8.208.047,36
GABINETE DO PREFEITO	7.994.351,06
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO	7.706.467,87
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	6.530.132,75
FUNDO MUNICIPAL DO CORPO DE **BOMBEIROS**	2.495.292,30
SECRETARIA MUNICIPAL DE CIENCIAS, TECNOL. E INOVAÇÃO	2.355.120,71
FUNDO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – **PROCON**	1.630.648,78
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	1.386.593,07
CONTROLADORIA	1.305.220,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	1.257.384,12
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS PARLAMENTARES	183.745,34
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - **FIA**	112.872,47
FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO - **PGM**	35.764,71
SOMA	866.980.673,98

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NA SAÚDE

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Aplicação na Saúde

3º Quadrimestre/2016

PERIODO	RECEITA DE IMPOSTOS (a)	DESPESAS LIQUIDADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (b)	TOTAL DE DESPESA LIQUIDADAS COM SAÚDE	% APLICADO (b/a)
JANEIRO A DEZEMBRO /2016	R$ 522.648.467,38	R$ 113.359.337,31	R$ 266.846.246,36	21,69

DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

R$

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	DESPESA LIQUIDADA	RESTOS A PAGAR NP
DESPESA COM PESSOAL DOS ULTIMOS 12 MESES	**561.122.372,39**	**3.626.955,39**
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	443.761.846,98	3.626.955,39
Pessoal Ativo	117.360.525,41	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Tercerização (art. 18, § 1º)	121.668.083,58	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	121.668.083,58	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	439.454.288,81	3.626.955,39
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	**443.081.244,20**	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	849.473.810,24	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V)*100	**52,16**	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54%	458.715.857,53	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%	435.780.064,65	

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

TRANSFERÊNCIAS

ÓRGÃO	valor R$
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	114.312.224,96
FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	97.161.868,62
CAMARA MUNICIPAL DE ANAPOLIS	25.014.995,04
ISSA	8.039.912,58
COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES	6.740.233,42
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	5.453.271,30
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	1.677.333,95
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	1.308.102,98
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	722.737,42
FUNDO MUNICIPAL DA PGM	178.528,39
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	175.259,83
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	155.609,94
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA-FIA	5.365,09
SOMA	**260.945.443,52**

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

Prefeitura de Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Aplicação na Educação

3º Quadrimestre/2016

PERIODO	RECEITA DE IMPOSTOS (a)	DESPESAS CONSIDERADAS PARA O ÍNDICE (b)	TOTAL DE DESPESAS LIQUIDADAS COM MDE	% APLICADO (b/a)
JANEIRO A DEZEMBRO /2016	R$ 522.648.467,38	R$ 161.978.212,02	R$ 233.953.349,12	30,99